



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

Aos 16 dias do mês de abril de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão De Defesa Nacional, na(o) Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato Misto (Presencial e Videoconferência)

1. Aprovação das atas n.º 75 e 76/XIV/2ª;
2. Distribuição de iniciativas legislativas, nomeação de relator (elaboração de parecer pelo GP- PSD):
 - Proposta de Lei 84/XIV/2 (GOV) - Aprova a nova Lei Orgânica das Bases da Organização das Forças Armadas
 - Proposta de Lei 85/XIV/2 (GOV) – Altera a Lei de Defesa Nacional
 - Projeto de Lei 792/XIV/2 (PCP) - Altera a Lei da Defesa Nacional (2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho) - Conexão com a 1.ª Comissão
 - Projeto de Lei 793/XIV/2 (PCP) - Altera a Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas (2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho);
3. Discussão, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, do Projeto de Resolução -1135| XIV| 2.ª /PAN - Recomenda ao Governo que assegure a célere emissão e envio do cartão de Antigo Combatente e de viúva/o de Antigo Combatente a todos os seus beneficiários;
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição do Ministro da Defesa Nacional sobre a situação vivida no norte de Moçambique, designadamente na província de Cabo Delgado, em consequência dos sucessivos ataques por parte do grupo Al-Shabad, que reclama filiação ao Daesh;
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Ministro da Defesa Nacional e do anterior Diretor-Geral de Recursos

Aprovada na reunião do dia 4 de maio de 2021



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

da Defesa Nacional, Dr. Alberto Coelho, no sentido de apurar os motivos do desvio do custo das obras de reabilitação do antigo Hospital Militar de Belém;

6. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Marcos Perestrello (PS), as atas n.º 75 e 76/XIV/2ª foram aprovadas por unanimidade.

Passando-se ao ponto 2 da Ordem do Dia, o Grupo Parlamentar do PSD indicou como relatora para a Proposta de Lei 84/XIV/2 (GOV) - Aprova a nova Lei Orgânica das Bases da Organização das Forças Armadas, a Proposta de Lei 85/XIV/2 (GOV) – Altera a Lei de Defesa Nacional, o Projeto de Lei 792/XIV/2 (PCP) - Altera a Lei da Defesa Nacional (2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho), e o Projeto de Lei 793/XIV/2 (PCP) - Altera a Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas (2.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho a Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD).

O terceiro ponto da Ordem do Dia foi adiado a pedido da Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) por dificuldades técnicas que impediram a sua participação na reunião.

Seguidamente o Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar para audição do Ministro da Defesa Nacional sobre a situação vivida no norte de Moçambique, designadamente na província de Cabo Delgado, em consequência dos sucessivos ataques por parte do grupo Al-Shabad, que reclama filiação ao Daesh, fundamentando-o com as recentes evoluções no Norte do Moçambique.

O Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) indicou que o seu Grupo Parlamentar acompanha o requerimento, fazendo um balanço da situação atual e das motivações dos insurgentes.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) aproveitou para cumprimentar expressar votos de bom trabalho ao Senhor Deputado Pedro Morais Soares. A respeito do requerimento, indicou que Portugal tem atuado de forma consciente e respeitadora da soberania de



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

Moçambique, considerando que o Parlamento tem feito um esforço para acompanhar a situação.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) indicou nada ter a opor ao requerimento, considerando que a preocupação com a situação no Norte de Moçambique é generalizada, dado o saldo de vários milhares de mortos e quase um milhão de deslocados. Defendeu que todas as explicações que o Senhor Ministro possa dirigir à Comissão são úteis.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

O Senhor Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) apresentou, então, o requerimento do seu Grupo Parlamentar para audição do Ministro da Defesa Nacional e do anterior Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, Dr. Alberto Coelho, no sentido de apurar os motivos do desvio do custo das obras de reabilitação do antigo Hospital Militar de Belém, considerando que esta questão é arrastada há vários meses, e que a pandemia não pode justificar o desnorte das contas públicas, já que o relatório revela falhas graves.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) observou ser esta uma questão que o Ministério e a Comissão têm vindo a acompanhar. Considerou que o Senhor Ministro tem respondido às questões que lhe são colocadas a este respeito, recordando que o relatório da auditoria foi enviado ao Tribunal de Contas, conforme tinha sido referido pelo Senhor Ministro na última audição. Recordou que os esclarecimentos sobre um documento confidencial teriam de ser prestados à porta fechada, como gesto de bom senso e responsabilidade coletiva da Comissão. Defendeu que a audição fará sentido quando houver uma pronúncia do Tribunal de Contas, que seja um documento público que permita apurar irregularidades e responsabilidades, ouvindo-se então o Senhor Ministro e o anterior Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, Dr. Alberto Coelho, à porta aberta.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) indicou que o Grupo Parlamentar do BE não se opõe a que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários.

O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) indicou que o seu Grupo Parlamentar acompanha o PSD na matéria deste requerimento, considerando, no



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

entanto, que a audição deve ser aberta e pública, aguardando-se o relatório do Tribunal de Contas.

O Senhor Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) defendeu que o Tribunal de Contas não vai retirar consequências políticas desta decisão, recordando que o Senhor Ministro sempre remeteu para esta auditoria os seus esclarecimentos. Defendeu não haver razão para arrastar mais o tema esperando pelo Tribunal de Contas.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos favoráveis do PSD e do BE, os votos contra do PS, e a abstenção do CDS-PP, registando-se a ausência do PCP no momento da votação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 abril 2021.

O PRESIDENTE

(MARCOS PERESTRELLO)



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 77/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Jesus (PS)
Diogo Leão (PS)
Joaquim Barreto (PS)
José Luís Carneiro (PS)
Lara Martinho (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Raul Miguel Castro (PS)
Ana Miguel Dos Santos (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Pedro Roque (PSD)
João Vasconcelos (BE)
Pedro Moraes Soares (CDS-PP)
Hugo Oliveira (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)
Romualda Fernandes (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva (PSD)
Rui Silva (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Pedro Filipe Soares (BE)
António Filipe (PCP)